

Atendimento à violência sexual no contexto de políticas públicas: Uma revisão integrativa

Aline Rose Inácio Pinho

Silvia Renata Magalhães Lordello

RESUMO

O atendimento a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual é fundamental para o avanço no enfrentamento dessas violações. O objetivo desta revisão integrativa foi identificar intervenções voltadas à crianças e adolescentes que sofreram essa violação e que possam ser ofertadas em políticas públicas no Brasil. Foram consultadas as bases de dados BVS, CAPES e Oasis. Os resultados apontaram em sua maioria intervenções grupais e a teoria cognitivo comportamental foi a abordagem teórica mais utilizada. Alguns resultados destacados nessas intervenções foram o fortalecimento de vínculos, a ampliação de redes sociais e de apoio e a redução de sintomas. A postura profissional, a relevância da educação sobre as dinâmicas da violência sexual e a busca por estratégias que possam facilitar a expressão das pessoas atendidas foram identificados como fatores a serem considerados no desenvolvimento dessas ações. A falta de infraestrutura, de recursos humanos e de acesso a outras políticas foram apontados como dificuldade.

Palavras-chaves: Intervenção, violência sexual, abuso sexual, políticas públicas.

ABSTRACT

Assisting sexual violence in the context of public policies: An integrative review

The provision of assistance to children and adolescents who have experienced sexual violence is crucial for advancing the fight against these violations. The objective of this integrative review was to identify interventions targeting children and adolescents who have suffered this such violations and that can be implemented within public policies in Brazil. The BVS, CAPES, and Oasis databases were consulted for this purpose. The findings predominantly indicated the effectiveness of group interventions, with the cognitive-behavioral theory being the most commonly employed theoretical approach. Notable outcomes of these interventions included strengthening of support networks, expansion of social connections, and reduction of symptoms. Professional attitude, the importance of educating individuals on the dynamics of sexual violence, and the exploration of strategies to facilitate the expression of those receiving assistance were identified as crucial factors in the development of these actions. Challenges such as insufficient infrastructure, limited human resources and, restricted access to additional policies were also highlighted.

Keywords: Intervention, sexual violence, sexual abuse, public policies.

Sobre os Autores

A.R.I.P.
orcid.org/0000-0001-9479-710X
Universidade de Brasília –
Brasília, DF
aline.roses@gmail.com

S.R.M.L.
orcid.org/0000-0002-8287-7257
Universidade de Brasília –
Brasília, DF
srmlordello@gmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC



A violência sexual consiste em condutas ou comportamentos que constroem crianças e adolescentes a participar em práticas ou exposição a atividades sexuais, como a conjunção carnal e/ou atos libidinosos, incluindo o acesso a fotos e vídeos com conteúdo impróprios, seja presencialmente ou por meios eletrônicos (Lei n. 13.431, 2017). Essa forma de violação pode envolver situações impostas por meio de violência física, ameaças ou coerção, com ou sem contato sexual direto (Sufredini et al., 2016).

Dessa forma, a violação sexual se refere ao envolvimento de crianças e adolescentes em situações sexuais que elas não compreendem, pois não estão preparados para reconhecê-las como violentas ou inadequadas devido ao estágio de desenvolvimento e, portanto, são incapazes de consentir ou resistir (Sufredini et al., 2016). Além disso, essas violações são contrárias às leis e normas da sociedade. Esse tipo de agressão pode ser perpetrado por adultos ou por outros adolescentes que, devido à idade ou estágio de desenvolvimento, ocupem posições de confiança, responsabilidade ou poder em relação à vítima (World Health Organization, 2017). Atualmente, recomenda-se a não utilização do termo “abuso sexual”, pois sugere que alguma forma de uso não abusivo seria aceitável, sendo a expressão “violência sexual” mais adequada para descrever esse fenômeno (Hohendorff & Patias, 2017).

As discussões acerca do enfrentamento da violência sexual têm se intensificado nas últimas décadas, com o fortalecimento da Doutrina de Proteção Integral a crianças e adolescentes. A inclusão dessa temática na agenda formal pública potencializou discussões e viabilizou o investimento em programas, serviços e políticas direcionadas a essa questão. Essa expansão possibilitou também o reconhecimento dessas situações como problemas de saúde pública, que exigem intervenções para serem enfrentadas (Habigzang et al., 2016; Krindges & Habigzang, 2018; Moreira & Costa, 2021; Rossato et al., 2018). Pode-se observar, portanto, avanços no âmbito jurídico e das políticas públicas, impulsionados pelos movimentos sociais e também no contexto acadêmico, resultando em um processo dinâmico de construção de conhecimento sobre o tema.

No que diz respeito às legislações que envolvem essa questão, é importante destacar a promulgação da Constituição Federal em 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que marcaram mudanças de paradigma e viabilizaram a compreensão de crianças e adolescentes como sujeitos de direito. Em 2009, a Lei 12.015 alterou o Código Penal Brasileiro, ampliando o conceito de violência sexual e abordando questões que anteriormente não eram tipificadas como crime no país, acompanhando os debates que buscam desnaturalizar situações de violência. Com o objetivo de potencializar as estratégias de proteção a crianças e adolescentes, foram promulgadas a Lei 13.431 em 2017 e o Decreto 9.603 em 2018, que tratam do Sistema de Garantia de Direitos e das possibilidades de escuta voltadas a esse público.

Como um dos resultados dessa visibilidade e mobilização, o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes foi elaborado em 2000 e revisado em 2013. O documento apontava ações estratégicas a serem desenvolvidas em diversas áreas, estabelecendo diretrizes para o combate às violações sexuais (Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, 2013). Para viabilizar o atendimento especializado previsto nesse documento, o governo federal lançou o Programa Sentinela em 2002, o qual, quatro anos depois, foi incorporado pela Política Pública de Assistência Social. O serviço foi extinto com a criação dos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) em 2006, os quais passaram a oferecer atendimento a variadas situações de violência contra crianças, adolescentes e também outras populações vulneráveis (Nascimento & Deslandes, 2016).

Essa estratégia permitiu abordar outras questões de interesse público, como o enfrentamento da violência contra mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência. No entanto, Nascimento e Deslandes (2016) ressaltam que a reformulação dessa política de atendimento, ao integrá-la em um equipamento que também prevê atenção a outras formas de violência, pode indicar o enfraquecimento das discussões sobre o combate à violência sexual nas agendas políticas e formais, ainda que essa questão não tenha sido solucionada. De acordo com as autoras, a realocação desse atendimento em conjunto com outras demandas pode reduzir a importância da questão da violência sexual, redirecionar recursos destinados a essa política e também dificultar a realização de atendimentos realmente especializados. Essa instabilidade na elaboração e implementação de políticas públicas evidencia que, em um ambiente tão dinâmico, a produção de conhecimento e a visibilidade das necessidades e ações são imprescindíveis para o posicionamento e enfrentamento do problema em questão.

Nesse sentido, as produções acadêmicas resultantes de atividades de pesquisa e extensão junto à comunidade são fundamentais. As publicações científicas sobre o tema têm acompanhado a dinamicidade e a evolução dos debates, concentrando esforços em diversos aspectos. Pode-se destacar que os estudos abordam questões como a conceitualização e apresentação das dinâmicas de violência, os impactos nas famílias e nos indivíduos, aspectos macroestruturais, desigualdades sociais e relacionais que permeiam essas situações, a caracterização do perfil das pessoas e das violações, bem como intervenções para lidar com essas consequências.

Todos esses aspectos são fundamentais para subsidiar a elaboração de políticas de enfrentamento e intervenções para lidar com as consequências e impactos gerados, além de promover ações articuladas e coordenadas, ressaltando a importância das redes intersetoriais e do Sistema de Garantia de Direitos. É importante salientar que essas construções

ocorrem de forma integrada, em que as mobilizações sociais e o contexto favorável a discussões reverberam conjuntamente no âmbito político, acadêmico e legislativo, influenciando-se mutuamente e alimentando-se forma contínua.

Intervenções dirigidas a esse público são indispensáveis, principalmente considerando as diversas consequências e demandas envolvidas nessas violações (Espindola & Batista, 2013; Habigzang et. al, 2016), e têm sido apontadas como valiosos recursos de suporte para famílias e indivíduos nesse momento crítico em que lidam com a revelação de uma situação de violência e os desafios decorrentes dela. É importante salientar, no entanto, que intervenções inadequadas podem causar danos secundários e resultar em impactos psicológicos indesejados ou ampliar as consequências já presentes (Furniss, 1993 como citado em Espindola & Batista, 2013; Hohendorff & Patias, 2017).

Diante da complexidade do tema, é notável que a atenção dispensada a essas famílias e indivíduos requer o envolvimento de diversos serviços e profissionais. Estudos apontam que o atendimento em rede, articulado, intersetorial e interdisciplinar é fundamental em situações de violência sexual, ajudando a romper o isolamento e o silêncio característicos desse contexto (Broseguini & Iglesias, 2020; Chaves & Costa, 2018). Nesse sentido, é possível observar avanços na estruturação de serviços e programas no âmbito das políticas públicas, como saúde e assistência social, que têm facilitado o acesso a atendimento especializado para essa população. Isso evidencia a relevância de buscar compreender como ocorrem as intervenções voltadas a esse público no contexto das políticas públicas, onde a maioria dessas ações acontece (Moreira & Costa, 2021).

É importante ressaltar que existem situações que não são atendidas pelos órgãos governamentais. Isso pode ocorrer devido à falta de revelação de algumas violações, uma vez que ainda há um alto índice de subnotificação no país, ou devido a situações envolvendo famílias que possuem recursos para buscar possibilidades de suporte que não impliquem inserção nos serviços públicos (Santos et al., 2021). Apesar disso, a organização de intervenções nas políticas públicas viabilizou a ampliação dos atendimentos, permitindo o acesso de populações em situação de risco e vulnerabilidade, além da estruturação de estratégias de vigilância que dão suporte ao planejamento de ações mais efetivas direcionadas para essas realidades. Diante disso, a identificação e o reconhecimento das intervenções realizadas no contexto das políticas públicas são fundamentais para o avanço nas estratégias de enfrentamento à violência sexual.

Este estudo é uma revisão integrativa que tem como objetivo observar aspectos técnicos, metodológicos e éticos de ações desenvolvidas para lidar com situações de violência sexual e seus impactos. O foco é identificar intervenções voltadas a crianças e adolescentes que vivenciaram essas violações em suas famílias, com ênfase nas que são ou po-

dem ser oferecidas em contextos de políticas públicas no Brasil, especialmente nas áreas de assistência social e saúde, que concentram boa parte dessas iniciativas.

MÉTODO

As revisões de literatura são recursos científicos valiosos, pois permitem o levantamento e a síntese de aspectos importantes em determinadas áreas de conhecimento, a avaliação desses fatores e a diminuição do tempo entre as descobertas e suas aplicações em contextos profissionais (Silva & Otta, 2014; Zoltowski et al., 2014). Além disso, tais estudos podem servir como ponto de partida para o desenvolvimento de novas orientações e instruções para a prática profissional, resgatando práticas já realizadas (Moher et al., 2015). Cumpram, assim, um papel de atualização e organização das produções em um determinado momento de interesse, possibilitando a busca por boas práticas capazes que fundamentem a construção de novas contribuições científicas.

Neste estudo, realizou-se uma revisão integrativa, que consiste na identificação e inclusão de estudos com diferentes desenhos metodológicos, permitindo uma compreensão ampliada da questão abordada (Souza et al., 2010). Os procedimentos para a realização desta revisão incluíram: formulação da pergunta de pesquisa, seleção de descritores, escolha das bases de dados, descrição de critérios de inclusão e exclusão, realização da busca, seleção dos artigos, extração e análise de dados. A formulação da questão da pesquisa foi baseada na estratégia PICO (Aromataris & Munn, 2020), que possibilitou a identificação de informações sobre a população/problema (P), o fenômeno de interesse (I) e o contexto (Co), resultando na formulação da seguinte pergunta "Que intervenções estão sendo realizadas junto a crianças, adolescentes e suas famílias para lidar com impactos da vivência de violência sexual no âmbito das políticas públicas brasileiras?".

Para identificar estudos que abordassem essa questão, optou-se pela seguinte estratégia de busca composta pelos termos e operadores booleanos [Intervenção AND ("Violência Sexual" OR "Abuso Sexual") AND (Criança OR Adolescente)]. Ressalta-se que, embora o termo "abuso sexual" seja considerado inadequado atualmente, essa é uma discussão recente. Portanto, essa expressão foi considerada para abranger estudos em que essa terminologia é utilizada. Considerando que a pesquisa busca alcançar resultados no contexto brasileiro, as buscas foram realizadas utilizando os descritores em português.

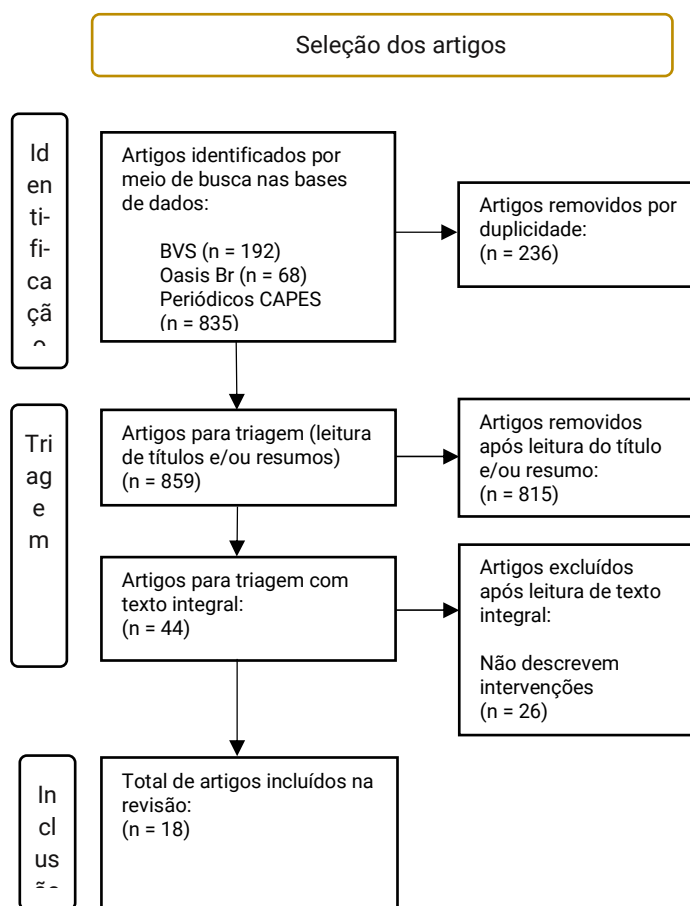
Como critérios de elegibilidade, foram incluídos: (1) artigos publicados em periódicos científicos; (2) textos completos disponíveis; (3) artigos publicados em português, inglês ou espanhol; e (4) artigos que descrevem estratégias de intervenções voltadas a crianças, adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e suas famílias. Já os crité-

rios de exclusão estavam relacionados a: (1) produções duplicadas; (2) artigos que não se abordavam a temática de violência sexual ou que tratavam outras formas de violência além da sexual; (3) artigos que não tinham como público-alvo crianças e adolescentes e/ou suas famílias; (4) artigos que não descreviam estratégias de intervenções voltadas a crianças, adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e suas famílias; (5) artigos que não se referiam à realidade brasileira; (6) artigos com foco em avaliação ou perícia judicial; (7) artigos com foco em procedimentos de profilaxia/exames médicos emergenciais; (8) artigos que descreviam programas governamentais amplos sem descrever especificidades de intervenções; (9) intervenções ofertadas a agressores sexuais; e (10) literatura cinza, livros ou capítulos.

Após o planejamento das estratégias de buscas, a pesquisa foi realizada entre os meses de outubro e dezembro de 2021. Foram consultadas três bases de dados: (1) Biblioteca Virtual em Saúde, que permite acesso a outras bases da área, como LILACS e MEDLINE, e apresentou como resultado dessa busca a indicação de 192 documentos; (2) OASIS BR, selecionada por ser uma base dedicada a publicações em língua portuguesa. A busca nessa base retornou 68 artigos; (3) Periódicos CAPES, que também fornece acesso a diversas bases de dados. A estratégia de busca nesta base resultou em 835 artigos. Ao todo, foram encontrados 1095 documentos, conforme Figura 1. Após a aplicação dos critérios de inclusão/exclusão, foram lidos na íntegra 44 publicações, das quais 26 foram excluídas por não descreverem intervenções voltadas a crianças, adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e suas famílias. Assim, a amostra final contou com 18 artigos científicos que foram categorizados e analisados. Salienta-se que os artigos incluídos nesse estudo foram publicados entre os anos de 2005 e 2021. Considerando que o tema alcançou maior destaque nas últimas três décadas, não foi realizada nenhuma exclusão com critério de data de publicação, a fim de obter dados que indiquem a evolução da discussão abordada.

A extração de dados foi realizada após a leitura dos 18 artigos incluídos, por meio do preenchimento de um formulário considerando as seguintes questões: identificação do artigo (nome, autoras/es, ano e periódico), contexto em que ocorre a intervenção, objetivo da intervenção, forma de entrega (individual ou em grupo), aspectos teóricos envolvidos, resultados alcançados, processos de avaliação da atividade e fatores facilitadores ou dificultadores da intervenção.

Figura 1. Diagrama do Processo de Seleção de Artigos



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os artigos incluídos, oito apresentam uma intervenção voltada a crianças e adolescentes que vivenciaram situações de violência sexual e a suas famílias (Barros et al., 2021; Boarati et al., 2009; Campos, 2016; Costa et al., 2005; Habigzang et al., 2006; Lucânia et al., 2009; Manzan et al., 2021; Schneider & Habigzang, 2016), os quais são estudos de caso, relatos de experiência ou estudos descritivos. Cinco estudos se referem a avaliações de intervenção e buscam indicar os resultados alcançados por meio dessas atividades (Costa et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2008; Hohendorff et al., 2014). Esses artigos foram incluídos na amostra por apresentarem descrições parciais das intervenções ofertadas, bem como aspectos relevantes nesses contextos. Cinco artigos não descreveram uma intervenção completa, mas apenas uma ou duas sessões, ressaltando ganhos ou aspectos importantes no processo de atenção a situações de violência sexual e, por isso, também foram considerados (Cabral et al., 2008; Costa et al., 2007; Hohendorff et al., 2012; Moreira & Costa, 2021; Silva & Teixeira, 2017). A Tabela 1 apresenta os estudos inclu-

ídeos nesta revisão.

Tabela 1. *Artigos Incluídos.*

Título	Autoras/es, ano de publicação
Intervenção em grupo com meninas adolescentes vítimas de violência sexual: da situação-limite ao inédito-viável	Barros et al. (2021)
Abuso sexual na infância: a vivência em um ambulatório de psicoterapia de crianças	Boarati et al. (2009)
Atenção a vitimizadores sexuais, suas vítimas e acompanhantes no município de Florianópolis	Cabral et al. (2008)
Criança vítima de violência sexual: Recortes de um caso atendido na Abordagem Centrada na Pessoa	Campos (2016)
O grupo multifamiliar como um método de intervenção em situações de abuso sexual infantil	Costa et al. (2005)
Família e abuso sexual: silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica	Costa et al. (2007)
Grupo Multifamiliar: espaço para a escuta das famílias em situação de abuso sexual	Costa et al. (2009)
Grupoterapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual: Descrição de um modelo de intervenção	Habigzang et al. (2006)
Avaliação de um Modelo de Intervenção Psicológica para Meninas Vítimas de Abuso Sexual	Habigzang et al. (2008)
Grupoterapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual	Habigzang et al. (2009)
Cognitive-behavioral group therapy for girls victims of sexual violence in Brazil: Are there differences in effectiveness when applied by different groups of psychologists?	Habigzang et al. (2016)
Produção e Utilização de um Documentário Sobre Violência Sexual Contra Meninos	Hohendorff et al. (2012)
Adaptação e avaliação de uma intervenção cognitivo-	Hohendorff et al. (2014)

Título	Autoras/es, ano de publicação
comportamental para meninos vítimas de violência sexual	
Intervenção cognitivo-comportamental em violência sexual: Estudo de caso	Lucânia et al. (2009)
Enfrentamento materno diante de violência sexual: experiência grupal em Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil	Manzan et al. (2021)
Psychosocial intervention in sexual violence against children: reflexivity and psychodramatic resource	Moreira e Costa (2021)
Aplicação do Programa Cognitivo-Comportamental Superar para atendimento individual de meninas vítimas de violência sexual: estudos de caso	Schneider e Habigzang (2016)
Adolescência e o traumático: Sobre abuso sexual e as vicissitudes do sujeito	Silva e Teixeira (2017)

Atendimento a Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Características Relevantes

Neste estudo, foram identificadas algumas características relevantes que podem auxiliar na elaboração e implementação de intervenções em contextos de violência sexual. Esses fatores, que serão discutidos a seguir, se referem à modalidade em que as atividades de atendimento são ofertadas, abordagens teóricas, metodologias utilizadas e importância de uma atenção ampliada que se dirija não somente às crianças e adolescentes que vivenciaram tais situações, mas também a seus familiares e aos autores dessas violações.

Observa-se que dez estudos mencionaram atividades em grupo (Barros et al., 2021; Costa et al., 2005; Costa et al., 2007; Costa et al., 2009; Habigzang et al., 2006; Habigzang et al., 2008; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Manzan et al., 2021; Moreira & Costa, 2021), enquanto oito apontaram intervenções individuais (Boarati et al., 2009; Cabral et al., 2008; Campos, 2016; Hohendorff et al., 2012; Hohendorff et al., 2014; Lucânia et al., 2009; Schneider & Habigzang, 2016; Silva & Teixeira, 2017). Entre os estudos que mencionaram atendimento individual, dois ressaltam a impossibilidade de realizar grupos devido a restrições burocráticas (Cabral et al., 2008) ou dificuldades na notificação dessas situações, como no caso de estudos focados em meninos vítimas de violência sexual (Hohendorff et al., 2014). Além disso, um estudo apresentou uma adaptação de intervenção em grupo para um

contexto individual, uma vez que serviços e profissionais nem sempre dispõem de recursos para a realização de grupos ou não têm demanda para tanto (Schneider & Habigzang, 2016).

A atenção e avaliação individualizada dessas crianças e adolescentes são importantes e resultam em progresso, como observado em alguns estudos (Cabral et al., 2008; Boarati et al., 2009; Campos, 2016; Hohendorff et al., 2012; Hohendorff et al., 2014; Lucânia et al., 2009; Schneider & Habigzang, 2016). No entanto, considerando que essas situações são influenciadas por questões históricas e culturais que se apresentam e se constituem nas relações sociais, é benéfico desenvolver estratégias grupais que possam lidar com esses impactos.

Espindola e Batista (2013) observaram que os atendimentos em grupo apresentaram resultados melhores na redução de ansiedade e depressão, pois permitem o compartilhamento de vivências entre pessoas que lidam com situações semelhantes. Habigzang et al. (2006) também indicam que intervenções em grupo têm obtido resultados superiores para lidar com violência sexual, pois ajudam a reduzir sentimentos de culpa, melhorar a confiança e promover o reconhecimento de que tais situações ocorrem nas relações sociais, abrindo espaço para lidar com questões culturais.

É preciso ressaltar que, mesmo que as intervenções em grupo facilitem a compreensão e o acesso aos aspectos históricos e sociais, as intervenções individuais também podem abordar questões coletivas. Além disso, os objetivos traçados para intervenções em grupo podem guiar encontros individuais, como demonstrado por Schneider e Habigzang (2016) em um estudo incluído nesta revisão.

A teoria cognitivo-comportamental é a abordagem teórica mais presente nesse grupo de estudos, mencionada em oito artigos (Habigzang et al., 2006; Habigzang et al., 2008; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Hohendorff et al., 2012; Hohendorff et al., 2014; Lucânia et al., 2009; Schneider & Habigzang, 2016). É importante ressaltar, no entanto, que sete desses oito estudos foram conduzidos por profissionais pertencentes ao mesmo grupo de pesquisa. O psicodrama ou sociodrama foi mencionado em três estudos realizados também por um determinado grupo de pesquisa (Costa et al., 2005; Costa et al., 2009; Moreira & Costa, 2021). A teoria psicodinâmica e a psicanálise foram citadas em três publicações (Boarati et al., 2009; Manzan et al., 2021; Silva & Teixeira, 2017). A perspectiva de gênero como central em intervenções (Cabral et al., 2008), a abordagem centrada na pessoa (Campos, 2016) e a psicologia comunitária com foco em educação popular (Barros et al., 2021) foram indicadas em um artigo cada uma. Um estudo não mencionou uma teoria específica (Costa et al., 2007).

Observa-se, dessa forma, que a maioria das abordagens se baseia em arcabouços teóricos fundamentadas no âmbito da psicologia. Isso pode estar relacionado ao fato de que a ciência psicológica possui teorias, ferramentas e instrumen-

tos que viabilizam a compreensão e o manejo de situações traumáticas e/ou de crise, e que podem ser adequados e benéficos para lidar com as consequências e impactos de situações de violência sexual. Em alguns casos, é possível identificar uma forte presença de características da prática clínica tradicional na história da psicologia, realizada no contexto de políticas públicas. São relatos de processos psicoterápicos, estudos clínicos e o uso de entrevistas clínicas ou outros instrumentos comuns nesse contexto (Boarati et al., 2009; Lucânia et al., 2009; Silva & Teixeira, 2017).

É importante destacar que o desenvolvimento e a história de construção da psicologia são marcados pela atenção individualizada às demandas, o que pode levar à culpabilização a uma compreensão particularizada e singular de problemas atravessados por questões sociais (Pessoa & Koller, 2017). Hohendorff et al. (2015) ressaltam a importância de que crianças e adolescentes vítimas de violência sexual tenham garantido seu direito de acesso a tratamento psicoterápico, quando necessário, e indicam que tais intervenções devem ocorrer no âmbito da política pública de saúde. Salientam ainda a importância da busca por intervenções adequadas, com profissionais capacitados e baseadas em evidências científicas.

Dois metodologias se destacam nessa amostra. A primeira é a grupoterapia voltada a crianças e adolescentes que vivenciaram violência sexual, presente em seis estudos conduzidos pelo mesmo grupo de pesquisadores (Habigzang et al., 2006; Habigzang et al., 2008; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Hohendorff et al., 2014; Schneider & Habigzang, 2016). Essa metodologia é bastante estruturada e baseada na teoria cognitivo-comportamental. A segunda é o grupo multifamiliar indicado em quatro estudos (Costa et al., 2005; Costa et al., 2007; Costa et al., 2009; Moreira & Costa, 2021), que se baseia no sociodrama, na terapia familiar, na teoria das redes sociais e na psicologia comunitária. Isso evidencia a busca por tornar as intervenções mais eficazes e adequadas em situações de violência sexual, por meio de sua adaptação e replicação com públicos diversos (adolescentes, crianças, meninas, meninos), formas de entrega diferentes ou avaliação.

Com base nos dados sobre abordagem teórica e metodologias, a identificação de dois grupos de pesquisa que têm contribuído para a discussão e elaboração de alternativas para lidar com essas situações. Isso indica que a ampliação das discussões no contexto sociocultural e a compreensão da violência sexual como um problema de política pública estão presentes no comprometimento desses grupos de pesquisa com essa questão. Esses pesquisadores têm se engajado de forma consistente e continuada na busca pela construção e consolidação de ações e intervenções que possam lidar com os impactos sociais, mentais e emocionais decorrentes desse tipo de violação nas vivências de crianças e adolescentes.

Outro aspecto apontado em estudos que compõem essa amostra foi a importância da atenção às famílias e não apenas à criança ou adolescente, ainda que de forma separada (Barros et al., 2021; Boarati et al., 2009; Cabral et al., 2008; Costa et al., 2005; Costa et al., 2007; Costa et al., 2009; Lucânia et al., 2009; Moreira & Costa, 2021). Manzan et al. (2021) apresentaram um relato de experiência sobre uma intervenção voltada especificamente a mães de crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, indicando a relevância de atendimento a esse público. Embora, na maior parte dos casos, a violência ocorra em contexto intrafamiliar, ou seja, o agressor é alguém que mantinha relações de confiança e proximidade com a vítima, esse grupo também pode ser provedor de suporte social e emocional (Rossato et al., 2018). As/os cuidadoras/es não agressoras/es vivenciam essa situação e são vitimizadas/os de forma secundária, necessitando de atenção devido às emoções ambíguas (Costa et al., 2009) e com a crise que se instala no processo de reorganização do contexto familiar após a revelação.

A necessidade de atenção aos agressores sexuais também é apontada como uma questão relevante (Cabral et al., 2008; Costa et al., 2005). Esse tipo de atendimento pode contribuir para a interrupção do ciclo de violência e redução de riscos de reincidência. Além disso, nos casos de violência sexual intrafamiliar, os agressores são pessoas com quem a família tinha um vínculo afetivo e podem manter circulação no meio familiar, ainda que de forma mais restrita. Portanto, intervenções que se concentrem nesses indivíduos são fundamentais (Domingues & Costa, 2017; Wolff et al., 2016).

Atenção a Situações de Violência Sexual: Atuação em Contextos de Políticas Públicas

Considerando o período de publicação dos artigos incluídos, entre 2005 e 2021, é possível observar que esses estudos ocorrem em um momento crucial para a construção de estratégias de combate à violência sexual, que saíram da esfera do privado, do silêncio e do isolamento, e passaram a ser compreendidas como problemas de política pública (Nascimento & Deslandes, 2016; Rossato et al., 2018). Essas questões exigem atenção capaz de promover não apenas reparação e punição, mas também proteção (Faleiros & Faleiros, 2001). O artigo de Costa et al. (2005), incluído nesta revisão, aborda esse tema e sinaliza a importância de que os aspectos sociopolíticos presentes nessas violências sejam tratados em âmbito de ações públicas, ampliando a participação das pessoas envolvidas nos processos cujas decisões afetarão suas histórias, a fim de promover o resgate de sua cidadania. Portanto, é fundamental os avanços que viabilizam atendimento em serviços e políticas públicas ampliando o acesso a essa população.

Nesta revisão, cinco estudos indicam relatos de intervenções ocorridas em contexto de serviços públicos, como CREAS, centros de atendimento ou ambientes hospitalares

(Boarati et al., 2009; Campos, 2016; Hohendorff et al., 2014; Lucânia et al., 2009; Mazan et al., 2021). Oito publicações são referentes a atendimentos ofertados em projetos de extensão, centros de atendimento aplicados ou parcerias entre universidades e órgãos públicos, como delegacias, equipamentos jurídicos, de saúde ou assistência social (Barros et al., 2021; Cabral et al., 2008; Costa et al., 2005; Costa et al., 2007; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Moreira & Costa, 2021; Schineider & Habigzang, 2016). Por fim, um artigo informa que o convite e o primeiro momento da intervenção foram realizados em uma delegacia, enquanto o prosseguimento se deu em consultório particular (Silva & Teixeira, 2017). No entanto, o estudo foi incluído porque as autoras ressaltaram que tais atividades podem ser realizadas em contexto de políticas públicas.

Alguns aspectos que podem impactar a construção de intervenções no âmbito de políticas públicas foram identificados e são destacados na Tabela 2.

Tabela 2. Identificação De Fatores Importantes Em Intervenções a Situações De Violência Sexual.

Aspectos facilitadores	Aspectos dificultadores
Fortalecimento de vínculos e redes sociais	Falta de infraestrutura
Postura profissional adequada	Falta de recursos humanos
Psicoeducação ou socioeducação	Falta de acesso a outras políticas públicas
Benefícios de intervenções em grupo	Falta de capacitações
Espaço seguro de fala	Falta de abordagens a questões estruturais que provocam e/ou reforçam desigualdades sociais.
Estratégias e técnicas diversas para facilitar a expressão	
Reflexões sobre planos e compromissos futuros	

O fortalecimento de vínculos e ampliação da rede de apoio, questões muito importantes no enfrentamento a situações de violência sexual que são marcadas por isolamento e silenciamento, foram mencionados em alguns artigos (Barros et al., 2021; Campos, 2016; Habigzang et al., 2006). No mesmo sentido, alguns indicaram processos de trabalho que resultaram na expansão de estratégias de proteção e prevenção (Campos, 2016), como crianças e adolescentes que puderam aprender a reivindicar cuidados, evitar contatos inadequados e indesejados, bem como cuidadoras/es não agressoras/es discutindo e compreendendo essas questões (Costa et al., 2005; Moreira & Costa, 2021).

Alguns estudos mencionam a redução de queixas e sintomas. Destaca-se a presença de estudos que utilizaram instrumentos específicos para a mensuração dessas ques-

tões, em diferentes momentos, indicando a redução de sintomas de depressão, ansiedade e transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), além do aumento do repertório comportamental para lidar com essas situações (Habigzang et al., 2006; Habigzang et al., 2008; Habigzang et al., 2016; Lucânia et al., 2009; Schneider & Habigzang, 2016). No entanto, um artigo indicou a permanência de sintomas de TEPT, o que pode sinalizar a necessidade de adaptações no processo (Hohendorff et al., 2014). Um estudo que avaliou crianças e adolescentes que participaram da intervenção com aqueles que aguardavam por atendimento no mesmo período concluiu que apenas a passagem do tempo não é suficiente para redução de sintomas (Habigzang et al., 2009).

As estratégias de psicoeducação e socioeducação, mencionadas em estudos incluídos nesta revisão (Costa et al., 2005; Habigzang et al., 2006; Habigzang et al., 2008; Habigzang et al., 2009; Habigzang et al., 2016; Hohendorff et al., 2012; Hohendorff et al., 2014; Schneider & Habigzang, 2016), podem ser bastante efetivas para viabilizar acesso a informações adequadas sobre as situações de violência sexual sofridas. Isso pode resultar em ampliação das possibilidades de proteção, redução dos riscos de reincidência, desnaturalização de dinâmicas de violência, além de validação de emoções ambíguas e confusas que podem surgir como reações nesses contextos e que, em muitos casos, acabam sendo reprimidas. Aponta-se ainda a redução dos sentimentos de culpa e vergonha ou a ampliação da confiança em si a partir do conhecimento e discussões sobre as dinâmicas de situações de violência sexual, a qual indica a complexidade desse fenômeno em nosso contexto social e cultural (Barros et al., 2021, Hohendorff et al., 2012).

Alguns dos fatores facilitadores podem auxiliar os profissionais das políticas públicas de assistência social ou saúde no enfrentamento da violência sexual. No contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), ações que busquem o fortalecimento de vínculos saudáveis são indispensáveis para fomentar a convivência familiar e comunitária e aprimorar processos de proteção. Uma abordagem profissional que valide, construa demandas em conjunto com as pessoas atendidas, reconheça-as como sujeito de direitos e promova a sua participação social, com possibilidade de reivindicar suas necessidades, está profundamente associada à promoção de autonomia e criação de espaços de acolhida. Da mesma forma, os processos de sócio e psicoeducação, que viabilizam a desnaturalização de processos de violência sexual e o reconhecimento das perversas dinâmicas dessas violações, contribuem para a conscientização das questões sociais envolvidas nesses casos e também podem possibilitar o fortalecimento de autonomia. Observa-se, portanto, alternativas de ações que podem auxiliar a alcançar os objetivos do SUAS relacionados às seguranças afiançadas de acolhida, de convívio e de autonomia previstas nessa política pública (Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012).

No âmbito da política pública de saúde, é importante que a atenção seja capaz de avaliar e lidar com questões de saúde mental decorrentes dessa violação sexual, considerando fatores de risco e proteção, questões emocionais e a “ressignificação da experiência através da compreensão de aspectos transgeracionais, culturais, sociais e familiares” (Conselho Federal de Psicologia, 2020, p. 47). Uma alternativa para lidar com esses impactos é a construção de espaços seguros para expressar sentimentos e emoções sobre as situações traumáticas de violência sexual que podem apoiar o processo de restauração e cuidado da saúde mental. No entanto, narrar essas situações é tarefa complexa e delicada, por isso é necessário a promoção de ambientes capazes de acolher, suportar e viabilizar a expressão, a exposição de memórias que provocam evitação e sofrimentos, de angústias, medos e receios para que possam ser ouvidos, compartilhados e reelaborados, reorganizando essas experiências na história daquelas/es que lidam com elas. Da mesma forma, é importante criar espaço para reflexões e construções de planos futuros, integrando o enfrentamento dessas situações críticas com a elaboração de novas metas e desejos.

Evidenciar os objetivos e possibilidades de ofertas de cada política pública é fundamental para o planejamento de intervenções com intuito de evitar a sobreposição de trabalhos, a utilização inadequada dos recursos públicos e, principalmente, a revitimização da população atendida que frequenta os diversos equipamentos do Sistema de Garantia de Direitos. Hohendorff et al. (2015) destacam a necessidade de que profissionais de psicologia do SUAS e do SUS reconheçam suas atribuições diante de situações de violência sexual, considerando seus objetivos, aspectos técnicos e metodológicos, para que possam realizar intervenções adequadas. Indicam que intervenções com foco em proteção, relações familiares e reinserção social podem estar mais associadas ao escopo do SUAS, ao passo que atenção a memórias traumáticas, sintomas psicopatológicos, autoestima e aprendizagem podem estar relacionadas com objetivos de intervenções no âmbito do SUS.

Por fim, é importante ressaltar algumas questões que podem dificultar a realização de intervenções voltadas a situações de violência sexual, especialmente no contexto de políticas públicas, e que precisam ser consideradas. Isso inclui a falta de infraestrutura (Campos, 2016; Costa et al., 2007) e o excesso de burocracia para estabelecimento de parcerias e atendimento (Cabral et al., 2008). Portanto, fica evidente que o enfrentamento a situações tão complexas não se dá na execução de intervenções desarticuladas de esforços políticos e estruturais. É importante que a construção de possibilidades de atenção continue se integrando ao avanço das legislações e de planos e estratégias que possam responder a essas dificuldades operacionais.

O planejamento, elaboração e implementação de ações e políticas públicas são processos contínuos e em constante

evolução. As discussões e mobilizações sociais, bem como a implementação de ações, sua avaliação e os diagnósticos territoriais, considerando suas vulnerabilidades e seus recursos, impactam constantemente na construção de alternativas de enfrentamento. É preciso compreender a execução de políticas públicas e das estratégias que as compõem como ações que carregam historicidade, mas que também são impactadas a todo momento pelos contextos sociais e culturais atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da temática de violência sexual nas agendas formais públicas é muito recente, data das últimas três décadas. Como resultado, o processo de construção e elaboração de intervenções e ofertas é intensamente marcado por adaptações, revisões e atualizações resultando em aprimoramento constante. Com a Doutrina de Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, a rede de enfrentamento a violações de direitos foi ampliada e aprimorada. Entretanto, é possível observar que a articulação e a coordenação dos serviços intersetoriais ainda não são satisfatórias, resultando em encaminhamentos desencontrados ou repetidos e revitimização, já que as crianças, adolescentes e suas famílias podem ser solicitadas a recontar suas experiências em diversos locais, além da oferta de intervenções inadequadas (Hohendorff, 2015).

Diante disso, esse estudo teve por objetivo identificar e apresentar intervenções que podem ser utilizadas em políticas públicas no contexto brasileiro, ressaltando seus aspectos positivos e os desafios enfrentados. Observou-se que, embora haja limitações na atenção prestada nesses contextos, há também um grande esforço dirigido à elaboração e oferta de intervenções que abordem os impactos dessas violações. O concentrado número de artigos de alguns grupos de pesquisa indica o comprometimento desses pesquisadores com a realidade brasileira e com a busca por possibilidades e estratégias de enfrentamento que permitam lidar com o contexto nacional.

Alguns estudos presentes nesta revisão apontaram de forma evidente a importância de se considerarem questões de gênero nos processos de compreensão da violência ou nas propostas de intervenção voltadas às crianças, adolescentes e suas famílias (Barros et al., 2021; Cabral et al., 2008; Hohendorff et al., 2014). Dessa forma, percebe-se que discussões acerca do sexismo e lgbtfofia, em alguma medida, já constituem o conhecimento construído sobre violência sexual. Já as questões raciais não foram mencionadas em nenhuma das estratégias apresentadas. Assim, a compreensão de como o racismo opera nessas situações ainda é pouco explorada, embora documentos oficiais indiquem que crianças e adolescentes negras (pretas ou pardas) são as vítimas mais frequentes de violência sexual (Secretaria de Vigilância em Saúde, 2018) e de violência doméstica de forma geral

(Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, 2020). É urgente que as questões raciais sejam abordadas de forma mais direta nos esforços de construção de conhecimento, enfrentamento e atenção às situações de violência sexual.

Por fim, ressalta-se que é importante que tais estratégias ultrapassem o âmbito acadêmico e possam ter lugar nos equipamentos e órgãos que executam as políticas públicas, auxiliando na efetivação de seus objetivos de promover saúde, qualidade de vida e proteção social a crianças, adolescentes e suas redes de cuidado familiares e comunitárias. A identificação de características e aspectos envolvidos na realização dessas intervenções, das diretrizes adotadas e das possibilidades de atenção é fundamental para a construção de ofertas efetivas e viáveis ao enfrentamento das violências sexuais, que são perpassadas por desigualdades sociais estruturais.

REFERÊNCIAS

- Aromataris, E., & Munn, Z., (Eds.). (2020). *JBI Manual for Evidence Synthesis*. JBI. <https://doi.org/10.46658/JBIMES-20-01>
- Barros, A. S., Machado, V. M., & Silva, E. A. (2021). Intervenção em grupo com meninas adolescentes vítimas de violência sexual: Da situação-limite ao inédito-viável. *Revista de Educação Popular*, 20(1), 304-324. <https://doi.org/10.14393/REP-2021-54668>
- Boarati, M. C. B., Sei, M. B., & Arruda, S. L. S. (2009). Abuso sexual na infância: A vivência em um ambulatório de psicoterapia de crianças. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19(3), 426-433. <https://cutt.ly/5B0U9By>
- Broseguini, G. B., & Iglesias, A. (2020). Revisão integrativa sobre redes de cuidados aos adolescentes em situação de violência sexual. *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(12), 4991-5002. <https://doi.org/10.1590/1413-812320202512.19282018>
- Cabral, A. G., Giese, J., Souza, M., & Toneli, M. J. F. (2008). Atenção a vitimizadores sexuais, suas vítimas e acompanhantes no município de Florianópolis. *Extensio, Revista Eletrônica de Extensão*, 5(6). <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Campos, J. (2016). Criança vítima de violência sexual - Record de um caso atendido na abordagem centrada na pessoa. *Psicólogo Informação*, 20(20), 25-47. <https://doi.org/10.15603/2176-0969/pi.v20n20p25-47>
- Chaves, E., & Costa, L. F. (2018). Doutrina da proteção integral e o sistema de garantia de direitos de crianças e adolescentes. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(3), 477-491. <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4092>
- Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. (2013). *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes*. <https://cutt.ly/OLESnzW>

- Conselho Federal de Psicologia. (2020). *Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os) na rede de proteção às crianças e adolescentes em situação de violência sexual* (Edição revisada. 2ª ed). CFP. <https://cutt.ly/vBOlfr>
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). <https://cutt.ly/TLeds7s>
- Costa, L. F., Almeida, T. M. C., Ribeiro, M. A., & Penso, M. A. (2009). Grupo multifamiliar: Espaço para escuta das famílias em situação de abuso sexual. *Psicologia em Estudo*, 14(1), 21-30. <https://cutt.ly/EBOlvl9>
- Costa, L. F., Penso, M. A., & Almeida, T. M. C. (2005). O grupo multifamiliar como método de intervenção em situações de abuso sexual infantil. *Psicologia USP*, 16(4), 121-146. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642005000300007>
- Costa, L. F., Penso, M. A., Rufini, B. R., Mendes, J. A. A., & Borba, N. F. (2007). Família e abuso sexual: Silêncio e sofrimento entre a denúncia e a intervenção terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 59(2), 245-255. <https://cutt.ly/iBOITip>
- Decreto 9.603, de 10 de dezembro de 2018. (2018). Regulamenta a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, que estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. <https://cutt.ly/HLeDg0V>
- Domingues, D. F., & Costa, L. F. (2017). Adolescentes que cometeram ofensa sexual: Análise documental em processos judiciais. *Pensando Famílias*, 21(2), 15-27. <https://cutt.ly/BBOlPaf>
- Espindola, G. A., & Batista, V. (2013). Abuso sexual infanto-juvenil: A atuação do programa sentinela na cidade de Blumenau/SC. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 33(3), 596-611. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000300007>
- Faleiros, V. P., & Faleiros, E. T. S. (2001). *Circuito e curtos-circuitos: Atendimento, defesa e responsabilização do abuso sexual contra crianças e adolescentes no Distrito Federal*. Veras.
- Habigzang, L. F., Freitas, C. P. P., Hohendorff, J. V., & Koller, S. H. (2016). Cognitive-behavioral group therapy for girls victims of sexual violence in Brazil: Are there differences in effectiveness when applied by different groups of psychologists? Effectiveness of group therapy for girls victims of sexual violence. *Anales de Psicología*, 32(2), 433-440. <https://dx.doi.org/10.6018/analesps.32.2.213041>
- Habigzang, L. F., Hatzenberger, R., Corte, F. D., Stroehrer, F., & Koller, S. (2006). Grupos de terapia cognitivo-comportamental para meninas vítimas de abuso sexual: Descrição de um modelo de intervenção. *Psicologia Clínica*, 18(2), 163-182. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652006000200012>
- Habigzang, L. F., Hatzenberger, R., Corte, F. D., Stroehrer, F., & Koller, S. (2008). Avaliação de um modelo de intervenção psicológica para meninas vítimas de abuso sexual. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 24(1), 67-76. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722008000100008>
- Habigzang, L. F., Stroehrer, F. H., Hatzenberger, R., Cunha, R. C., Ramos, M. S., & Koller, S. H. (2009). Grupos de terapia cognitivo-comportamental para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. *Revista de Saúde Pública*, 43(Supl. 1), 70-78. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102009000800011>
- Hohendorff, J. V. (2015). O que podemos aprender com o modelo de rede de proteção e de atendimento às crianças vítimas de violência a partir do modelo americano Children's Advocacy Center (CAC)? *Diaphora*, 4(2), 60-64. <https://cutt.ly/bBOIKuT>
- Hohendorff, J. V., Habigzang, L. F., Rodrigues, L. S., & Koller, S. H. (2012). Produção e utilização de um documentário sobre violência sexual contra meninos. *Psico*, 43(2), 228-236. <https://cutt.ly/NBOIM8J>
- Hohendorff, J. V., Koller, S. H., & Habigzang, L. F. (2015). Psicoterapia para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual no sistema público: Panorama e alternativas de atendimento. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(1), 182-198. <https://doi.org/10.1590/1982-3703000202014>
- Hohendorff, J. V., & Patias, N. D. (2017). Violência sexual contra crianças e adolescentes: Identificação, consequências e indicações de manejo. *Barbarói*, 49(1), 239-257. <https://doi.org/10.17058/barbaroi.v0i49.9474>
- Hohendorff, J. V., Salvador-Silva, R., Andrade, R., Habigzang, L. F., & Koller, S. H. (2014). Adaptação e avaliação de uma intervenção cognitivo-comportamental para meninos vítimas de violência sexual. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 27(3), 424-433. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201427302>
- Krindges, C. A., & Habigzang, L. F. (2018). Regulação emocional, satisfação sexual e comportamento sexual de risco em mulheres vítimas de abuso sexual na infância. *Estudos de Psicologia*, 35(3), 321-332. <https://doi.org/10.1590/1982-02752018000300010>
- Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente dá outras providências. <https://cutt.ly/eLeDzty>
- Lei 12.015, de 07 de agosto de 2009. (2009). Altera o Decreto-Lei nº 2.848/1940 - Código Penal, a Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos e revoga a Lei nº 2.252/1954, que trata de corrupção de menores. <https://cutt.ly/iLeDrUD>
- Lei 13.431, de 04 de abril de 2017. (2017). Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência. e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). <https://cutt.ly/dLeDokP>
- Lucânia, E. R., Valério, N. I., Barison, S. Z. P., & Miyazaki, M. C. O. S. (2009). Intervenção cognitivo-comportamental em violência sexual: Estudo de caso. *Psicologia em Estudo*, 14(4), 817-826. <https://cutt.ly/9BOI5BL>

- Manzan, F. R. A., Hueb, M. F. D., Santeiro, T. V., & Borges, M. A. P. (2021). Enfrentamento materno diante de violência sexual: Experiência grupal em Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil. *Refacs*, 9(1), 159-168. <https://doi.org/10.18554/refacs.v9i1.5114>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D. G., & The PRISMA Group. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA (T. F. Galvão, T. S. A. Pansani & D. Harrad, Trad.). *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335-342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- Moreira, D. L., & Costa, L. F. (2021). Psychosocial intervention in sexual violence against children: Reflexivity and psychodramatic resource. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 29(1), 16-25. <https://doi.org/10.15329/2318-0498.21449>
- Nascimento, A. F., & Deslandes, S. F. (2016). A construção da agenda pública brasileira de enfrentamento a violência sexual infanto-juvenil. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 26(4), 1171-1191. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312016000400006>
- Ouidoria Nacional de Direitos Humanos. (2020). *Disque direitos humanos - Relatório 2019*. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. <https://cutt.ly/bLeS4IT>
- Pessoa, A. S. G., & Koller, S. H. (2017). Política de assistência social e formação inicial em psicologia: Articulações para o atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violência. In E. M. Rosa, & L. Z. Avellar (Orgs.). *Psicologia, Justiça e Direitos Humanos* (pp. 155-171). Juruá.
- Rossato, L., Santeiro, T. V., Barroso, S. M., & Scorsolini-Comin, F. (2018). Perfil de atendimentos psicológicos em contextos de violência sexual infantojuvenil: Revisão integrativa da literatura. *Contextos Clínicos*, 11(3), 297-309. <http://dx.doi.org/10.4013/ctc.2018.113.02>
- Santos, G. R., Ponte, A. S., & Silva, T. F. (2021). Abuso sexual infantil: Impacto no comportamento da criança e perspectivas para a Terapia Ocupacional. *REFACS*, 9(Supl.2), 820-831. <https://doi.org/10.18554/refacs.v9i0.5667>
- Schneider, J. A., & Habigzang, L. F. (2016). Aplicação do programa cognitivo-comportamental superar para atendimento individual de meninas vítimas de violência sexual: Estudos de caso. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 34(3), 543-556. <https://doi.org/10.12804/apl34.3.2016.08>
- Secretaria de Vigilância em Saúde. (2018). *Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017 - Boletim epidemiológico*. Ministério da Saúde. <https://cutt.ly/9LeDqr8>
- Secretaria Nacional de Assistência Social. (2012). *Norma Operacional Básica: NOB-SUAS*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. <https://cutt.ly/6LeDC73>
- Silva, G. A., & Otta, E. (2014). Revisão sistemática e meta-análise de estudos observacionais em psicologia. *Revista Costarricense de Psicología*, 33(2), 137-153. <https://cutt.ly/qB00iq1>
- Silva, R. A., & Teixeira, L. C. (2017). Adolescência e o traumático: Sobre abuso sexual e as vicissitudes do sujeito. *Revista Subjetividades*, 17(3), 92-103. <https://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v17i3.6955>
- Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: O que é e como fazer. *Einstein* 8(1), 102-106. <https://doi.org/10.1590/s1679-45082010rw1134>
- Sufredini, F., Moré, C. L. O., & Krenkel, S. (2016). Abuso sexual infanto-juvenil na perspectiva das mães: Uma revisão sistemática. *Contextos Clínicos*, 9(2), 265-278. <https://doi.org/10.4013/ctc.2016.92.11>
- Wolff, L. S., Oliveira, E. S., Marra, M. M., & Costa, L. F. (2016). O recurso psicodramático na intervenção com o autor de ofensa sexual. *Revista Brasileira de Psicodrama*, 24(2). <https://doi.org/10.15329/2318-0498.20160020>
- World Health Organization. (2017). *Responding to children and adolescents who have been sexually abused: WHO clinical guidelines*. Geneva. <https://cutt.ly/IB00heZ>
- Zoltowski, A. P. C., Costa, A. B., Teixeira, M. A. P., & Koller, S. H. (2014). Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 30(1), 97-104. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722014000100012>

Data da submissão: 07/07/2022
Primeira decisão editorial: 09/10/2022
Aceite: 18/11/2022